

AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE MEDICAMENTOS DE SAÚDE MENTAL EM RAZÃO DA PANDEMIA DE COVID-19 EM UM MUNICÍPIO DA GRANDE VITÓRIA – ES

Evaluation of the consumption of mental health drugs due to the COVID-19 pandemic in a municipality in Grande Vitória – ES

Bianca de Almeida Siqueira Gonçalves¹, Kamilla Ferreira Pereira¹, Karla Oliveira dos Santos Cassaro^{2*}

¹ Acadêmicas do curso de Farmácia na Faculdade Multivix Vila Velha.

² Doutora em Ciências Farmacêuticas, Docente da Faculdade Multivix Vila Velha.

RESUMO

A pandemia da Covid-19 gerou uma série de danos à população, entre eles distúrbios mentais vêm sendo relatados, trazendo insegurança à população e gerando aumento do número de prescrições de medicamentos psicotrópicos. O objetivo do presente trabalho foi avaliar o padrão de utilização e distribuição dos medicamentos de controle especial em um município da Grande Vitória no período pré e intra-pandêmico (2018-2019 e 2020-2021, respectivamente). Os dados foram retirados do sistema informatizado do almoxarifado da Secretaria de Saúde do município de Cariacica - ES, a fim de analisar o consumo e distribuição desses medicamentos entre os períodos de janeiro de 2018 a dezembro de 2021, considerado período pré-pandêmico e de março de 2020 a dezembro de 2021, considerado período intra-pandêmico. Os achados do presente trabalho revelam que no período intra-pandêmico (2020-2021) não houve aumento no consumo de medicamentos em relação ao período pré-pandêmico (2018: 5.685.922, 2019: 6.253.303, 2020: 5.047.195, 2021: 4.948.873). Os dados revelam ainda que houve um aumento significativo nos valores gastos com o passar dos anos (2018: R\$ 565.852,38, 2019: R\$ 660.135,71, 2020: R\$ 591.188,20, 2021: R\$ 684.172,10). Conclui-se que não houve aumento do consumo de medicamentos no período pandêmico em relação ao período antes da pandemia, porém houve um aumento expressivo no valor dos medicamentos distribuídos no município estudado.

Palavras-chave: COVID-19, Saúde Mental, Psicotrópicos, Custos com Medicamentos.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic has generated a series of damages to the population, among them mental disorders have been reported, bringing insecurity to the population and generating an increase in the number of prescriptions of psychotropic drugs. The objective of the present study was to evaluate the pattern of use and distribution of special control drugs in a municipality of Grande Vitória in the pre- and intra-pandemic period (2018-2019 and 2020-2021, respectively). Data were taken from the computerized system of the warehouse of the Health Department of the municipality of Cariacica - ES, in order to analyze the consumption and distribution of these drugs between the periods from January 2018 to December 2021, considered pre-pandemic and March period. from 2020 to December 2021, considered an intra-pandemic period. The findings of the present study reveal that in the intra-pandemic period (2020-2021) there was no increase in drug consumption compared to the pre-pandemic period (2018: 5,685,922, 2019: 6,253,303, 2020: 5,047,195, 2021: 4,948,873). The data also reveal that there was a significant increase in the amounts spent over the years (2018: R\$565,852.38, 2019: R\$660,135.71, 2020: R\$591,188.20, 2021: R\$684,172.10). It is concluded that there was no increase in drug consumption in the pandemic period compared to the period before the pandemic, but there was a significant increase in the value of drugs distributed in the studied municipality.

Keywords: COVID-19, Mental Health, Psychotropics, Drug Costs.

1. INTRODUÇÃO

A doença COVID-19 que teve origem na cidade de Wuhan, na China, se espalhou rapidamente pela população mundial com crescente morbi/mortalidade, e em 11 de março de 2020 foi declarada como pandemia pela OMS (OMS, 2020; PARASHER, 2020). A COVID-19 é causada pelo coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave (SARS-Cov-2) que é pertencente à família *Coronaviridae*, um vírus responsável por desencadear diversas infecções respiratórias atípicas agudas (PARASHER, 2020). Diante do avanço acelerado da transmissão da doença, inexistência de vacinas e tratamentos eficazes, diversos países adotaram medidas preventivas de isolamento social com intuito de reduzir a disseminação do vírus, além de evitar um colapso no sistema hospitalar (SCHUCHMANN et al., 2020). Além de reduzir a mortalidade e a disseminação da doença, as medidas de isolamento social envolvem diversos aspectos econômicos, psicossocial, cultural, políticos e espiritual (DIAS et al., 2020).

Alguns distúrbios mentais foram sendo relatados com o decorrer da pandemia, o que gerou ainda mais insegurança na população mundial (WANG et al., 2020; TAQUET et al., 2020; NEMANI et al., 2021). Diversos estudos já demonstraram as principais doenças mentais desenvolvidas em pacientes durante o período pandêmico, sendo as mais prevalentes a depressão, ansiedade, estresse, transtorno do pânico, insônia, medo e raiva (WANG et al., 2020; NEMANI et al., 2021, DUAN e ZHU, 2020; YANG et al., 2020).

Não obstante, o diagnóstico dessas doenças vem acompanhado do aumento da prescrição de medicamentos para o tratamento das mesmas. No Brasil, para garantir o tratamento de transtornos mentais causados pela pandemia, o Ministério da Saúde (MS) lançou mão da portaria nº 2.516 de 21 de setembro de 2020, onde transfere recursos financeiros federais ao Sistema Único de Saúde (SUS) especificamente para um grupo de medicamentos de uso em saúde mental (BRASIL, 2020). Muitos deles são medicamentos que fazem parte do componente básico da assistência farmacêutica (CBAF) e, portanto, sua aquisição e dispensação é de competência dos municípios (BRASIL, 2004).

Os medicamentos de saúde mental são de prescrição médica ou odontológica regulamentados pela portaria nº 344 de 12 de maio de 1998, devido risco de causarem dependência química ou psíquica (BRASIL, 1998), porém pouco se fala sobre o consumo inadequado desse tipo de medicamento, visto a impossibilidade de aquisição sem receituário.

Por isso, existe a necessidade de entender o consumo desses medicamentos no sistema público de saúde, uma vez que a prescrição e o uso inadequado podem gerar consequências graves à população de forma geral, tornando-se parte integrante da vida do indivíduo, seja pelo desenvolvimento de dependência química ou psíquica. Além disso, esse uso indiscriminado pode elevar os custos com o tratamento dos pacientes e ser utilizado como ferramenta de contornar outros meios de tratamento que são tão eficazes quanto o uso de medicamentos, entre eles o acompanhamento psicológico com uma equipe de saúde multidisciplinar.

Portanto, o objetivo do presente trabalho foi avaliar o perfil de consumo de medicamentos de saúde mental em um município da Grande Vitória no período pré e intra-pandêmico.

2. METODOLOGIA

2.1 ASPECTOS ÉTICOS

O trabalho somente foi iniciado após a aprovação da prefeitura de Cariacica para obtenção dos dados, conforme norma própria do município. Como foram avaliados apenas dados do sistema informatizado do almoxarifado da saúde de quantidade de medicamentos distribuídos para as unidades de saúde, não houve necessidade de envio do projeto para apreciação do comitê de ética e pesquisa em seres humanos (CEP).

2.2 LOCAL DE ANÁLISE

As análises de consumo e prescrição de medicamentos de saúde mental foi realizada em um município da Grande Vitória, que possui medicamentos de saúde mental padronizados na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) publicada em Diário Oficial do Município pela Portaria SEMUS nº 030 de 09 de dezembro de 2021 (CARIACIA, 2021). Como parâmetros dos medicamentos de saúde mental foi utilizada lista publicada pela portaria nº 344/98.

2.3 ANÁLISE DO CONSUMO DE MEDICAMENTOS

Para análise do consumo de medicamentos foi utilizado o relatório do sistema informatizado do almoxarifado da saúde em uso pela prefeitura municipal de Cariacica. Nele foram avaliados os medicamentos distribuídos às unidades de saúde do município no período de janeiro de 2018 a fevereiro de 2020, considerado período pré-pandêmico e de março de 2020 a dezembro de 2021, considerado período intra-pandêmico.

2.4 ANÁLISE DAS CLASSES MAIS PRESCRITAS

Para análise das classes de medicamentos de saúde mental mais prescritas os medicamentos foram agrupados nas respectivas classes terapêuticas.

2.5 ANÁLISE DE CUSTO

Para análise de custo foi verificado o impacto financeiro de cada medicamento dispensado e o montante total, de acordo com os valores de aquisição pela prefeitura.

2.6 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Os dados obtidos foram compilados em planilha elaborada no Microsoft Excel® versão Office 2007. Foram realizadas as análises de quantidade total de medicamentos distribuídos por ano e por estabelecimento de saúde e ainda, os valores gastos com o

montante de medicamentos distribuídos, considerando o valor unitário de cada medicamento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O principal resultado do presente trabalho revela que durante a pandemia de COVID-19 houve redução no consumo de medicamentos psicotrópicos em relação aos anos anteriores à pandemia no município estudado, porém com aumento de custo dos medicamentos no ano de 2021, conforme figura 1.

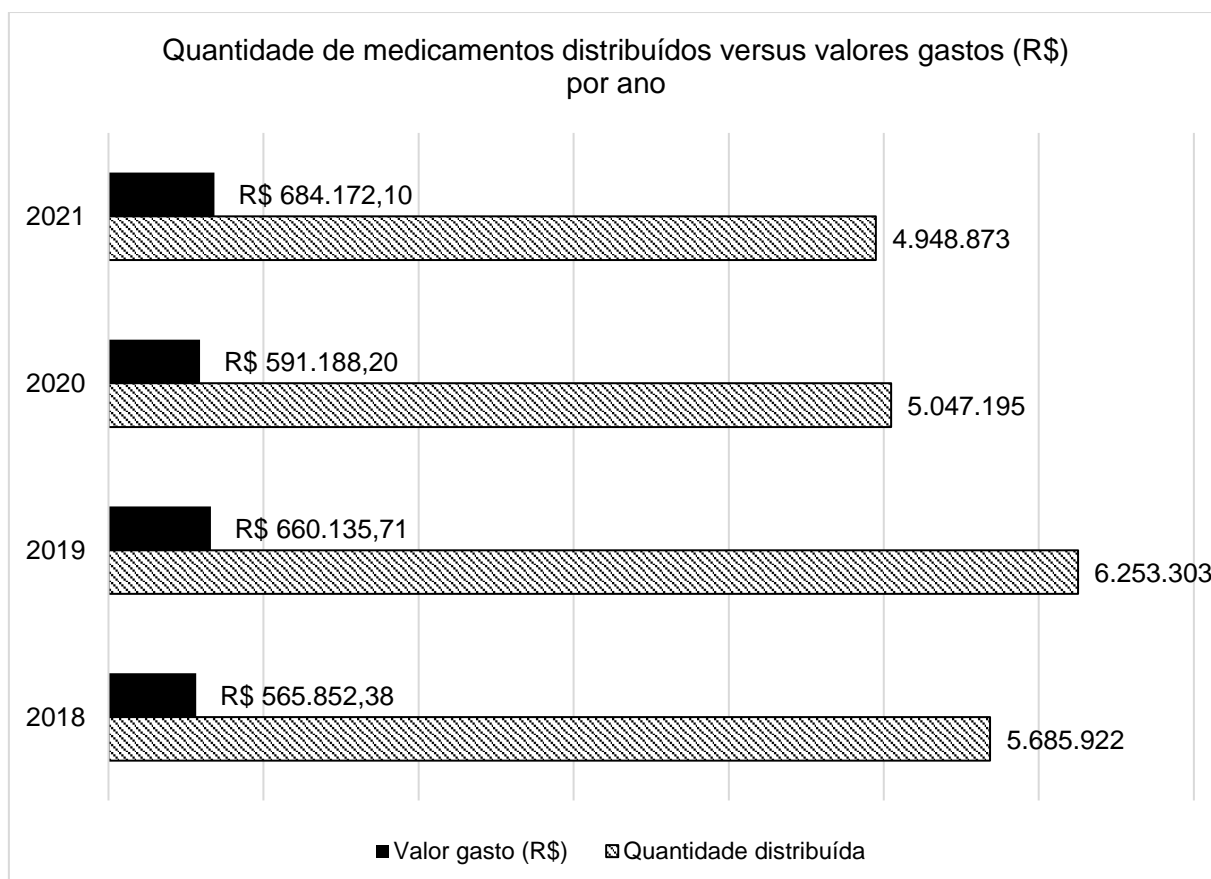


Figura 1 - Total de medicamentos psicotrópicos distribuídos durante os período pré-pandêmico (2018 e 2019) e intra-pandêmico (2020-2021) e os valores gastos com os mesmos em um município da Grande Vitória – ES.

Esses resultados diferem do estudo realizado por Penha et al. (2021) no estado da Bahia, que avaliou prescrições de medicamentos controlados no período intra-pandêmico em uma farmácia comercial, mostrando que durante os meses de julho de 2020 a novembro de 2020 houve um aumento expressivo de prescrições de medicamentos psicotrópicos.

Pode-se perceber pelos dados achados diferenças significativas no que tange a liberação de medicamentos nos serviços públicos e privados, quando comparado ao estudo de Penha et al. (2021), uma vez que, o paciente que é atendido no SUS necessita ter sua prescrição emitida em alguma unidade pública de saúde, por médico inserido nesse sistema, conforme legislação vigente (BRASIL, 1990). Porém, durante o período pandêmico, consultas eletivas tiveram que ser desmarcadas no SUS e inúmeros

pacientes não conseguiram atendimento médico para emissão das receitas, o que impossibilitou a dispensação desses medicamentos nas farmácias públicas, impactando na quantidade de medicamentos consumidos nesse período. Além disso, o receio de contaminação por parte da população gerou menor procura pelas consultas ambulatoriais, devido a necessidade de evitar aglomerações (SCHUCHMANN et al., 2020; DIAS et al., 2020).

Outro achado importante comparável ao estudo de Penha et al. (2021) é a classe de medicamentos com maior saída, sendo os antidepressivos a classe mais prescrita (32%) pelo autor, assim como no presente estudo, onde as classes mais distribuídas de medicamentos foram dos antidepressivos, ansiolíticos e antiepiléticos, conforme tabela 1.

Tabela 1 - Classes de medicamentos psicotrópicos mais distribuídas no período pré-pandêmico (2018 -2019) e intra-pandêmico (2020 – 2021) em um município da Grande Vitória - ES.

CLASSE	Período pré-pandêmico		Período intra-pandêmico	
	2018	2019	2020	2021
Antidepressivos	27,43 %	27,61 %	26,02 %	26,87%
Ansiolíticos	25,24 %	24,25 %	25,98 %	25,82%
Antiepiléticos	22,09 %	21,24 %	22,33 %	22,47%
Antipsicóticos	8,68%	9,60%	7,49%	8,66%
Benzodiazepínicos	6,72%	7,53%	6,86%	6,18%
Anticonvulsivantes	5,10%	5,94%	6,13%	5,43%
Anticolinérgico	2,39%	2,19%	2,39%	2,46%
Estabilizados de Humor	2,35%	1,64%	2,80%	2,11%

Porém, pelos dados é possível observar que mesmo antes do surgimento da pandemia os antidepressivos eram os medicamentos de controle especial mais distribuídos no município estudado, seguidos pela classe de ansiolíticos e antiepiléticos, quando comparados às demais classes.

Quanto as classes mais prescritas, estudos recentes corroboram com o nosso estudo, ficando evidente que as doenças mentais mais prevalentes durante o período pandêmico foram depressão, ansiedade, estresse, transtorno do pânico, insônia, medo e raiva em diferentes países (WANG et al., 2020; DUAN e ZHU, 2020; YANG et al., 2020), sendo os medicamentos para essas doenças também os mais prescritos no presente estudo.

Para facilitar o acesso dos medicamentos controlados no SUS, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) publicou a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 357/2020 (ANVISA, 2020a) e depois prorrogada pela RDC nº 425/2020

(ANVISA, 2020b) que as quantidades máximas de medicamentos que podem ser prescritos em receita de controle especial e de notificação de receita, a fim de reduzir a circulação de pessoas, o que teoricamente aumentaria o consumo desses medicamentos (ANVISA, 2020a; ANVISA, 2020b). Porém, é importante compreender que durante a pandemia de COVID-19, principalmente no ano de 2020, a falta de medicamentos atingiu em cheio todos os países, devido à falta de matéria prima e da necessidade de importação de produtos da China, além do adoecimento dos funcionários das fábricas e distribuidoras, o que ocasionou grande demora nas entregas e desabastecimento de medicamentos em todos os setores de saúde (SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR, 2020).

É importante ressaltar que, apesar do consumo de medicamentos ter reduzido, o município avaliado ampliou a quantidade de estabelecimentos com dispensação de medicamentos psicotrópicos de 7 para 11 entre os anos de 2020 e 2021, por meio da contratação de mais farmacêuticos. Sabe-se que a presença do farmacêutico, além de melhorar o acesso aos medicamentos, também é importante para melhoria da adesão ao tratamento medicamentoso, por meio da orientação farmacêutica, além de ser uma prática que impulsiona o uso racional de medicamentos (URM), reduzindo as reações adversas e intoxicação medicamentosa, ou seja, garantir melhores condições de saúde possíveis aos pacientes (MANZINI, 2015).

Outro ponto importante a ser avaliado é que, apesar do consumo de medicamentos psicotrópicos ter reduzido durante a pandemia, os valores gastos com os medicamentos que foram distribuídos no período foram maiores do que nos anos anteriores (R\$ 581.188,20, 683.458,96 e 565.832,58, 660.135,71, respectivamente), conforme demonstrado na figura 1.

Outros estudos já demonstraram que durante a pandemia COVID-19 muitos medicamentos sofreram alta de preços (PAIVA et al., 2020) e, ainda, escassês no mercado (PAIVA et al., 2020; LACERDA et al., 2022). Segundo Paiva et al. (2020) a alta demanda pode ter impactado no aumento dos preços dos medicamentos no período pandêmico, principalmente daqueles relacionados ao uso preventivo e tratamento da doença. Isso pode ser visto claramente no presente estudo quando houve redução do consumo de medicamentos de controle especial, porém os valores unitários aumentaram expressivamente, quando comparado aos anos anteriores. Esse aumento pode ainda dificultar o acesso do paciente ao medicamento (PAIVA et al., 2020), visto a falta de recursos financeiros ficou evidente nesse período, sendo necessário então o aumento dos valores repassados pelo governo federal para a compra de medicamentos constantes na portaria 344/98 (BRASIL, 1998), conforme portaria nº 2.516 de 21 de setembro de 2020 (BRASIL, 2020), para que não houvesse descontinuidade de tratamento. Ainda assim, a falta de produtos no mercado fez com que muitos tratamentos fossem descontinuados, causando complicações muitas vezes irreversíveis aos pacientes.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se que não houve aumento do consumo de medicamentos psicotrópicos fornecidos pelo SUS no município estudado, quando comparado o período antes e

durante a pandemia de COVID-19 e sim uma redução, que pode estar relacionada à falta de medicamentos no mercado e, ainda ao aumento expressivo de preços de medicamentos e insumos. Outros estudos precisam ser realizados para elucidar o consumo de medicamentos psicotrópicos no período pós pandêmico, para avaliar se a volta dos serviços nas unidades de saúde afetou o consumo desses no SUS.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) pela concessão da bolsa de Iniciação Científica à Faculdade Multivix Vila Velha e a Prefeitura Municipal de Cariacica pela permissão para concretização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de diretoria colegiada - RDC nº 357, de 24 de março de 2020. Estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2). **Diário Oficial da União extra** nº 57 – C, de 24 de março de 2020a.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de diretoria colegiada - RDC nº 425, de 24 de setembro de 2020. Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 357, de 24 de março de 2020, que estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle Brasil, 2020b. **Diário Oficial da União**. Brasília – DF.

BRASIL. Lei nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.516, de 21 de setembro de 2020. Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de custeio para a aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica utilizados no âmbito da saúde mental em virtude dos impactos sociais ocasionados pela pandemia da COVID-19. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 338. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. **República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 06 maio. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde/SNVS. Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 31 de dez. de 1998.

CARIACICA. Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS. Portaria SEMUS nº 030 de 09 de dezembro de 2021, que altera a redação da portaria SEMUS nº 019/2019, modificando a relação municipal de medicamentos (REMUME). **Diário Oficial do Município de Cariacica**, edição 1703, 2021.

DIAS, J. A. A.; DIAS, M. F. S. L.; OLIVEIRA, Z. M. et al. Reflexões sobre distanciamento, isolamento social e quarentena como medidas preventivas da covid-19. **Rev. Enferm. Cent. Oeste Min.** V. 10, p. e3795, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.19175/recom.v10i0.3795>.

DUAN, L.; ZHU, G. Psychological interventions for people affected by the COVID-19 epidemic. **The Lancet.** v. 7, p. 300-302, 2020. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(20\)30073-0](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(20)30073-0).

LACERDA, M. G. C.; BARBOSA, A. R. M.; DOURADO, C. S. M. E. Acesso da população a medicamentos durante a pandemia do novo coronavírus. **Rev. Ciênc. Plural.** v. 8, n. 1, p. e25630, 2022.

MANZINI F. et al. O farmacêutico na assistência farmacêutica do SUS: diretrizes para ação. Brasília: **Conselho Federal de Farmácia**, 2015. 298 p.

NEMANI, K; LI, C; OLFSON, M. et al. Association of Psychiatric Disorders With Mortality Among Patients With COVID-19. **JAMA Psychiatry.** v. 78, n. 4, p. 380–386, 2021. doi:10.1001/jamapsychiatry.2020.4442.

OMS. Organização Mundial da Saúde (2020). **Coronavirus disease 2019 (COVID-19):** situation report - 78. Geneva: Author. Disponível em: http://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200407-sitrep-78-covid-19.pdf?sfvrsn=bc43e1b_2.

PAIVA, A. M. et al. Efeito das “promessas terapêuticas” sobre os preços de medicamentos em tempos de pandemia. **J Health Biol Sci.** v. 8, n. 1, p. 1-5, 2020. doi: 10.12662/2317-3206jhbs.v8i 1. 3407.p1-5.2020.

PARASHER A. COVID-19: Current understanding of its pathophysiology, clinical presentation and treatment. **BMJ.** v. 97, p. 312–320, 2020.

PENHA, I. N. S. et al. O uso de medicamentos controlados durante a pandemia da Covid-19 observado em uma drogaria na região do sudoeste baiano. **Res Society Devel.** v. 10, n. 16, p. :e246101623752, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i16.23752>.

SCHUCHMANN, A. Z. et al. Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19. **Braz J H Rev.** v. 3, n. 2, p. 3556-3576, 2020. DOI:10.34119/bjhrv3n2-185.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR (SBRAFH). Levantamento nacional sobre o abastecimento de medicamentos e produtos para a saúde durante o enfrentamento da pandemia pela COVID-19 (Anexo do Ofício nº 037/2020, enviado ao Ministro da Saúde em 15/06/2020). Disponível em <<https://bit.ly/3ify1ZB>>. Acesso em 31/05/2022.

TAQUET, M. et al... Bidirectional associations between COVID-19 and psychiatric disorder: retrospective cohort studies of 62 354 COVID-19 cases in the USA. **Lancet Psychiatry.** v. 8, p 130-140, 2020. doi:10.1016/S2215-0366(20)30462-4.

WANG, G. et al. Mitigate the effects of home confinement on children during the COVID-19 outbreak. **The Lancet.** v. 395, p. 945-947, 2020. [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30547-X](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30547-X).

YANG, Y. et al. Mental health services for older adults in China during the COVID-19 outbreak. **The Lancet**. v. 7, p. e19, 2020. [https://doi.org/01016/S2215-0366\(20\)30079-1](https://doi.org/01016/S2215-0366(20)30079-1).